

## ATA DA 211ª (DUCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL—MANAUS, 15 DE MAIO DE 2024.

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 15 (quinze) dias do mês de maio do ano de 2024, às 09:00 horas, reuniram-se, na sala de reunião dos Conselhos, os membros do Comitê de Investimentos da Fundação AMAZONPREV: Presencialmente: Claudinei Soares - matrícula nº 216.006-4 A, Bruno Damasceno Costa Novo - matrícula nº 216821-9 B, Leonardo Almeida de Siqueira Cavalcanti - matrícula nº 179561-9 B, André Luís Bentes de Souza - matrícula nº 170.144-4 B, Augusto Sampaio de Araújo Neto - matrícula nº 265.518-7 B, Wellington Guimarães Bentes - matrícula nº 215.468-4 A; Virtualmente: Marcus Roberto Nascimento de Souza – matrícula nº 249.152-4 A e Nuno Ponce Leão Gonçalves - matrícula nº 247392-5A. Estiveram presente também os membros do conselho fiscal: Emerson de Oliveira Queirós – Representante dos servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Poder Executivo indicado pelo SIFAM e Jaspe Correa Filho – Representante dos servidores Ativos, dos Inativos e dos Pensionistas do Poder Legislativo indicado pelo SINDLEGISAM. Foram apresentados os seguintes temas. **1. RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS, CENÁRIO E RESULTADOS.** Com base na avaliação dos dados da Carteira de Investimentos, realizada pela empresa de Consultoria Actuarial, seguem os resultados referentes ao mês de abril/2024: **a) Rentabilidade FPREV - Executivo.** Rentabilidade de -0,4128 no mês, no ano é de 1,9830% e em 12 (doze) meses de 13,0019, já a Meta Atuarial é de 0,7986% no mês, 3,5094% no ano e 8,9968% em 12 (doze) meses. **b) Rentabilidade FPREV – ALE.** A rentabilidade no mês é de -0,1637, no ano é de 2,6717% e em 12 meses de 12,5503%. **c) Rentabilidade FPREV Ministério Público Estadual – MPE/ PGJ.** A rentabilidade no mês é de -0,2034%, no ano é de 2,1998% e em 12 meses é de 13,6043%. **d) Rentabilidade FPREV do Tribunal de Justiça.** A rentabilidade no mês de 0,3389%, no ano é de 4,0584% e em 12 meses é de 12,6101%. **e) Rentabilidade FPREV do Tribunal de Contas.** A rentabilidade no mês é de 0,0928%, no ano é de 3,2466% em 12 meses é de 12,2429%. **f) Rentabilidade FPREV da Defensoria Pública.** A rentabilidade no mês de 0,0175%, no ano é de 3,3520% e em 12 meses de 12,2267%. Por fim, considerando os resultados **consolidados** da AMAZONPREV/FPREV, registra-se rentabilidade no mês de abril/2024 de -0,3215, no ano de 2,2187% e em 12 meses o acumulado é de 12,9614%, frente a uma meta atuarial de 8,9967%. **2.1 Registros de Cenário e Expectativas: BRASIL:** Expectativa de Selic em 9,75% no final do ano, com redução do passo do Copom; **MUNDO:** Fed deve cortar os juros só no final de 2024. O mês de abril foi marcado por intensa volatilidade nos mercados internacionais, atingindo quase



## **ATA DA 211ª (DUCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL—MANAUS, 15 DE MAIO DE 2024.**

todas as classes de ativos (moedas, juros, ações e outras). O motivo, como tem sido a tônica dos últimos trimestres, foi a sequência de dados da economia norte-americana que resultou em uma reavaliação relevante do cenário para a política monetária conduzida pelo Fed. A revisão de expectativas ocorreu, fundamentalmente, em duas etapas. A primeira, frente aos dados do mercado de trabalho referentes a março, divulgados no início de abril, que continuaram a indicar uma expansão robusta do emprego e salários pressionados. A segunda informação, que provocou o maior impacto nos mercados, foi o resultado da inflação medida pelo CPI e divulgada em meados do mês. O resultado indicava que as taxas elevadas de janeiro e fevereiro não tinham sido apenas um “solavanco no caminho”, como considerava o Fed. De fato, os indicadores de preços passaram a caracterizar uma situação na qual a inflação ainda está em patamar distante da meta, havendo mesmo o risco de estar em curso uma reaceleração. Em meio aos eventos econômicos, o ambiente geopolítico internacional sofreu um choque substancial, ainda que de curta duração, com os ataques sem precedentes do Irã a Israel. O episódio marcava o possível início de um conflito de grandes proporções no Oriente Médio. Talvez a história mostre que aqueles dias ficaram muito mais próximos de uma crise sem precedentes do que o aparente rápido fim das tensões possa ter sugerido. O resultado foi um ajuste substancial das expectativas para o ciclo de política monetária nos EUA, com os cenários de corte de juros em meados do ano sendo substituídos, na visão dos mercados, pela possibilidade de não haver redução dos fed funds ao longo de todo este ano. A taxa prefixada de 2 anos norte-americana chegou a registrar elevação de 40 pb até antes da reunião do Fed do 1º de maio. Como resultado, houve queda das ações em diversos mercados, mas o efeito mais pronunciado ocorreu nas moedas. O efeito também foi moderado no euro e na libra e, portanto, no índice DXY (cesta do dólar em relação a seis moedas fortes). De outro lado, o movimento foi intenso nas moedas de países emergentes: o peso mexicano registrou depreciação de 4%, no pior momento, e o real de quase 6%. Outros países também sofreram os efeitos do fortalecimento do dólar, como o iene e o won sul-coreano, nos dois casos resultando em intervenção de seus respectivos bancos centrais para sustentar a moeda. Em um contexto de intensas correções das taxas de câmbio, as curvas de juros de diversos países também exibiram aberturas relevantes. O período foi encerrado com a reunião do Fed logo no início de maio. Os dados de atividade e inflação eram claros ao apontarem que a sinalização anterior, de redução a partir de junho, seria inviável. De fato, a sinalização do Fed por meio



## **ATA DA 211ª (DUCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL—MANAUS, 15 DE MAIO DE 2024.**

de seu comunicado e, especialmente, da entrevista de seu presidente foi no sentido que o guidance para o início da redução de juros estava sendo removido. O Fed manterá a postura restritiva atual até que as condições permitam ter segurança que a inflação retornou para a trajetória da meta de 2%. De outro lado, também foi clara a mensagem que uma elevação da taxa de juros não faz parte do cenário de possibilidades do Fed. Com o afastamento da discussão de possível elevação da taxa de juros, houve alívio das pressões observadas em diversos mercados ao longo desse período conturbado. A nosso ver, o conjunto de informações recentes reforçou nossa avaliação de que a economia norte-americana está “presa” em um equilíbrio de crescimento acima do potencial, hiato do produto pressionado e inflação acima da meta. Não deixa de ser um quadro razoavelmente favorável, mas de todo modo que é incompatível com o início de um ciclo de redução dos Fed Funds. As informações mais recentes de inflação também devolvem certo conforto para os modelos econômicos tradicionais. Ao contrário da queda surpreendente da inflação ao longo de 2023, agora a inflação acima da meta está mais coerente com a economia aquecida. A chamada Curva de Philips (relação entre inflação e atividade), voltou à vida. Claro, os modelos econômicos seguem tendo dificuldade para se adaptarem aos efeitos da pandemia, às mudanças importantes nas barreiras de comércio e relativas a investimentos estrangeiros, assim como tecnologias disruptivas. Contudo, a lógica econômica indicaria que o processo de desinflação nos EUA de fato será mais lento e requererá um desaquecimento efetivo da economia. Passamos a contemplar, como cenário base, o início do relaxamento de política monetária nos EUA apenas na última reunião do ano, em dezembro. Naturalmente, a eleição (em novembro) poderá trazer alterações relevantes no ambiente e nas perspectivas econômicas e será uma fonte de incerteza adicional para as decisões sobre a taxa de juros. O reflexo da alteração de expectativas em relação ao Fed, o fortalecimento do dólar e a elevação dos riscos geopolíticos foram sentidos de forma intensa no Brasil, movimento potencializado por eventos desfavoráveis na política fiscal. A taxa de câmbio chegou a apresentar, no pico, depreciação de quase 6%, enquanto o CDS Brasil de 5 anos registrou abertura máxima de 25 pb. A curva de juros também registrou abertura relevante, com a taxa de 2 anos exibindo elevação de quase 90 pb. A alteração do forward guidance pelo Banco Central para a próxima reunião do Copom também contribuiu para esse movimento. Assim como em outros mercados, houve alívio relevante em diversos mercados após a reunião do Fed e os resultados dos indicadores do



## **ATA DA 211ª (DUCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL—MANAUS, 15 DE MAIO DE 2024.**

mercado de trabalho dos EUA ligeiramente abaixo do esperado (referentes a abril). Em relação à política fiscal, a alteração das metas de resultado primário para 2025 em diante contribuiu para ampliar a volatilidade. A alteração não foi exatamente uma surpresa, mas veio acompanhada de discussões sobre outras medidas de expansão da política fiscal. Entre essas discussões poderíamos destacar: novos programas de crédito, possibilidade de ampliação dos limites de despesa sem que houvesse o rito previsto no Arcabouço, pressões para repassar despesas da conta de energia elétrica para o Tesouro e a renegociação das dívidas de estados e municípios, que traz como consequência maior espaço para ampliação de despesas nessas esferas de governo. Temos destacado, ao longo dos últimos meses, que nossa principal preocupação está em outro aspecto da política fiscal: a potencial incompatibilidade entre a trajetória das despesas e o limite de gastos definido pelas novas regras. Os últimos resultados das contas do Tesouro têm reforçado essas preocupações, com tendência de elevação de despesas obrigatórias em ritmo relativamente acelerado (na Previdência, programa de Benefícios de Prestação Continuada e outras rubricas). Seguimos atentos ao desafio que será elaborar o Orçamento de 2025 frente a essas pressões e à indexação de diversas despesas. Os reflexos da “crise de abril” no ambiente internacional levaram a uma mudança de postura do Banco Central durante o desenrolar dos eventos. A depreciação da taxa de câmbio, a pressão sobre os preços do petróleo e a fragilidade das expectativas de inflação, que já apresentavam certo deslocamento para cima, levaram os membros do Copom a indicarem que o forward guidance anterior já não era mais válido. A sinalização de um corte de 50 pb para a reunião de maio foi substituída por uma indicação que a decisão estaria em aberto. A comunicação de política monetária não foi exatamente clara, mas sugeria que o Copom avaliaria as mudanças de cenário com flexibilidade e que seriam possíveis tanto uma queda de 50 pb, quanto de 25 pb ou mesmo a manutenção da Selic. A indicação mais provável apontava para um corte de 25 pb. Com o alívio dos mercados após o Fed e os dados de emprego referentes a abril, cabe a pergunta se não teríamos retornado ao estado anterior do cenário ou se haveria mudanças mais permanentes que justificariam um ritmo mais cauteloso. Aqui, vale chamar atenção para os dados domésticos de atividade, que acabaram ficando em segundo plano ao longo dessas semanas. Os indicadores de emprego seguiram exibindo firme expansão. O CAGED, indicador para o mercado de trabalho formal, registrou geração de vagas ao redor de 200 mil, superando os meses anteriores. A PNAD também corroborou a tendência de aumento da



## ATA DA 211ª (DUCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL—MANAUS, 15 DE MAIO DE 2024.

ocupação, com mais de 300 mil novos empregos na média dos últimos seis meses e leitura superior a esse patamar em março. O rendimento real apresentou relativa estabilidade na margem, mas em meio a uma tendência de firme incremento dos últimos meses. Assim como comentamos para o caso dos EUA, não devemos nos esquecer da chamada Curva de Philips: em geral, um quadro de aquecimento da atividade econômica é incompatível com um processo de desinflação. Ainda em relação aos indicadores que compõem o conjunto de informações relevantes para o Copom, tivemos o resultado IPCA-15. A nossa avaliação é que o resultado não modificou de forma essencial a leitura dos últimos meses, com uma inflação subjacente benigna, ao redor de 3,5% nos últimos meses. Os dados de janeiro e fevereiro, é verdade, colocaram em dúvida se haveria alguma trajetória de aceleração, mas os sinais têm se mantido na direção que houve certa estagnação do processo de desinflação e não uma reaceleração. Também de forma relevante para a decisão do Copom, houve ligeira elevação das expectativas de inflação para os horizontes de médio prazo. A expectativa da pesquisa Focus para 2025, por exemplo, se deslocou de 3,5% para 3,6%. A nosso ver, os eventos de abril e início de maio trazem as seguintes mensagens mais permanentes para a política monetária doméstica. Em primeiro lugar, há um aumento da incerteza sobre a taxa de juros nos EUA, com deslocamento do cenário no sentido de juros mais elevados por período ainda maior. Destacam a sensibilidade das moedas de países emergentes aos diferenciais de taxas de juros. No quadro doméstico, a preocupação que já existia nas últimas reuniões do Copom sobre uma retomada da atividade acima do esperado foi reforçada. Do lado favorável, a inflação corrente segue bem comportada. Por fim, as expectativas de inflação seguem acima da meta e relativamente frágeis. Esse conjunto de conclusões, a nosso ver, aponta para uma redução do ritmo de ajuste da Selic já em maio, apesar do alívio dos mercados nos últimos dias. De fato, a desaceleração de passo já era esperada para junho, fundamentalmente por conta de fatores domésticos. A evolução do ciclo de atividade segue sendo, a nosso ver, o principal ponto de atenção para a política monetária. Para o final do ano, revisamos nossa expectativa de juros para 9,75%. Com o início de um ciclo de relaxamento por parte do Fed, consideramos em nosso cenário base corte adicional no início de 2025, para 9,25%. (Fonte: Perspectiva Macro – Bradesco Asset).

**2.3 Fundos em Desenquadramento.** Registra-se que alguns fundos apresentam desenquadramento passivo, com base no art. 19 da Resolução CMN n. 4.963/2021, que limita em até 15% do PL do fundo, e que podem ser mantidos em carteira para que seja analisada a



## ATA DA 211ª (DUCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL—MANAUS, 15 DE MAIO DE 2024.

melhor estratégia para reenquadramento, cumprindo os termos do artigo 27 que permite manter em carteira por até 180 dias, desde que seja comprovado que o desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias, para as quais não tenha dado causa, e que o seu desinvestimento ocasionaria, comparativamente à sua manutenção, maiores riscos para o atendimento aos princípios previstos no art. 1º desta Resolução. § 1º Para fins do disposto no caput, são consideradas situações involuntárias: inciso II - resgate de cotas de fundos de investimento por um outro cotista, nos quais o regime próprio de previdência social não efetue novos aportes. Durante esse período, o Comitê manterá acompanhamento enquanto se avalia a melhor estratégia para regularização desse registro. Seguem os fundos com desenquadramento passivo:

FUNDO DE INVESTIMENTO	DT. DESENQ.	Em 15/05/2024	PRAZO (180 DIAS)	MEDIDA TOMADA
VINCI MOSAICO INSTUCIONAL FIA	28/02/2024	77 dias	29/07/2024	ANALISE EVOLUÇÃO DE APORTES
BRADESCO FIA MID SMALL CAPS	05/12/2023	163 dias	01/06/2024	ANALISE EVOLUÇÃO DE APORTES
ITAÚ SMALL CAP VALUATION	30/04/2024	16 dias	30/09/2024	ANALISE EVOLUÇÃO DE APORTES
ITAU BDR NIVEL 1 AÇÕES	30/04/2024	16 dias	30/09/2024	ANALISE EVOLUÇÃO DE APORTES

**2.3.1** Com base na cota de 13/05/2024, publicada no site da CVM, o BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES MID SMALL CAPS, CNPJ 06.988.623/0001-09, possui um PL de R\$ R\$ 601.300.349,96, ou seja, a Fundação Amazonprev, baseada no limite legal de 15% do PL, deverá ter no máximo em recursos no fundo, o montante de R\$ 90.195.052,49. No entanto, até a presente data, possui um montante de R\$ 104.720.276,04, ficando 2,42% acima do permitido. Destaca-se que no próximo dia 01/06/2024, o fundo completa 180 dias na condição de desenquadramento passivo, sendo obrigatório o enquadramento no DAIR de abril/2024, que será enviado à Secretaria de Previdência, via CADPREV, até o último dia útil do mês corrente. O Gestor se comprometeu a fazer um esforço para captar novos recursos em tempo hábil. Assim sendo, o Comitê irá acompanhar até o dia 27/05/2024 a evolução do PL do fundo, informando a Diretoria acerca das providências tomadas pela Bradesco Asset. **3. ESTRATÉGIAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO.** O relatório Focus, divulgado no dia 10/05/2024, registrou a perspectiva de inflação para 2024 em 3,76%, com ligeira alta em relação à semana anterior, PIB e Câmbio também tiveram ligeiros ajustes positivos para 2,05% e 5,00 respectivamente. A perspectiva da Selic teve leve ajuste para 9,75% a.a. A alterações da inflação advieram de o IPCA efetivo de março vir abaixo da mediana de projeções do mercado com 0,16%, onde a projeção era 0,24%. Localmente, as curvas de juros locais



## ATA DA 211ª (DUCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL—MANAUS, 15 DE MAIO DE 2024.

apresentaram alta e os ativos geral acompanharam o movimento dos mercados internacionais, devido expectativa de juros altos por mais tempo nos EUA, sendo também afetados pelas incertezas em relação à condução da política econômica local. Na parte fiscal, o governo enviou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias com um resultado primário inferior ao sinalizado anteriormente. Ainda assim, a meta permanece desafiadora e demanda uma elevação significativa das receitas. A economia local está mais forte que o previsto, o que dificulta a tarefa de desinflacionar a economia, podendo inclusive afetar desfavoravelmente a inflação projetada. Por outro lado, a inflação corrente ainda caminha numa direção de desaceleração, ainda que gradual e não homogênea. Neste contexto, o presidente do Banco Central suspendeu a sinalização de um corte de 0,5% na próxima reunião do Copom, condicionando esse movimento a uma melhora do cenário e tornando mais provável uma desaceleração do ritmo de afrouxamento monetário. Dessa forma, as expectativas, presentes no mercado, de um corte de juros de 0,25% em maio ganhou força. Aqui, somente a título de exemplo da “Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ” para o IPCA, estimada e divulgada pela ANBIMA para o fechamento de 07.05.2024, a taxa de juros real com vencimento para 10 anos apresentava taxa de retorno estimada em 6,17% a.a., continuando acima da taxa máxima pré-fixada de 5,10% limitada pela SPREV para o ano de 2024. O Ibovespa fechou o mês com performance negativa, seguindo na direção observada nos índices globais. Apresentando a performance de -1,70% no mês. Dessa forma, o Ibovespa possui um comportamento negativo de -6,16% no ano, enquanto, nos últimos 12 meses acumulou a performance positiva de +20,58%, cabe salientar que o resultado negativo do índice Ibovespa está totalmente atrelado a perspectiva de manutenção da Taxa Selic em patamares elevados. Mediante a todo esse cenário exposto acima, o Comitê sugere a aplicação em fundos indexados à SELIC e na compra direta de NTN-Bs, esta última respaldada por um estudo de ALM, sendo que a proposição tem como objetivo auxiliar na “ancoragem de rentabilidade” ainda acima da meta atuarial dos RPPS. Tal estratégia de compra de títulos públicos, em especial para carregamento até o vencimento, contribui proporcionalmente para a redução da volatilidade global da carteira de investimentos do RPPS, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo. **3.1. FPREV EXECUTIVO: a) Recursos Novos:** Aplicar no Fundo Safra DI Master FI Referenciado DI (CNPJ: 02.536.364/0001-16). A opção por esse produto justifica-se pela estratégia adotada pelo Comitê no controle do risco de concentração



## ATA DA 211ª (DUCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL—MANAUS, 15 DE MAIO DE 2024.

para os fundos nesse segmento, além dos limites estabelecidos pela legislação. Também foram analisadas o risco/retorno, histórico, consistência, correlação ao CDI e demais bases para validação da escolha do produto. **b) Demais Recursos:** **b1)** Zerar o Fundo BB SELEÇÃO FATOR FIC FI direcionando os recursos para o Fundo Safra JSS Bond US High Yield Reais FIF (CNPJ: 49.826.572/0001-13); **b2)** Zerar o Fundo Itaú Institucional Alocação Dinâmica FI FIC (CNPJ: 21.838.150/0001-49) direcionando os recursos para o Fundo Safra DI Master FI Referenciado DI (CNPJ: 02.536.364/0001-16); **b3)** Zerar o Fundo Caixa FIC Gestão Estratégica (CNPJ: 23.215.097/0001-55) direcionando os recursos para o Fundo Safra DI Master FI Referenciado DI (CNPJ: 02.536.364/0001-16); **b4)** Zerar o Fundo Caixa FI Brasil IMA-B 5 TP RF LP (CNPJ: 11.060.913/0001-10) direcionando os recursos para o Fundo CAIXA FI BRASIL REF DI LP (CNPJ: 03.737.206/0001-97) e **b5)** Zerar o Fundo BB Previdenciário RF IDKA 2 (CNPJ: 13.322.205/0001-35) direcionando os recursos para o Fundo Safra DI Master FI Referenciado DI (CNPJ: 02.536.364/0001-16). **3.2 FPREV ALE:** **a) Novos Recursos:** aplicar no fundo Safra DI Master FI Referenciado DI (CNPJ: 02.536.364/0001-16). **b) Recursos Atuais:** Zerar o Fundo Itaú Institucional Alocação Dinâmica FI FIC (CNPJ: 21.838.150/0001-49) direcionando os recursos para o Fundo Safra DI Master FI Referenciado DI (CNPJ: 02.536.364/0001-16); **b1)** Zerar o Fundo Caixa FIC Gestão Estratégica (CNPJ: 23.215.097/0001-55) direcionando os recursos para o Fundo Fundo Safra DI Master FI Referenciado DI (CNPJ: 02.536.364/0001-16) e **b2)** Zerar o Fundo Itaú Soberano Simples FIC (CNPJ: 06.175.696/0001-73) direcionando os recursos para o Fundo Safra DI Master FI Referenciado DI (CNPJ: 02.536.364/0001-16). **3.3 OUTROS PODERES: MPE/DPE/ TJ/TCE FPREV. a) Novos Recursos:** aplicar no Fundo Safra DI Master FI Referenciado DI (CNPJ: 02.536.364/0001-16). **b) Recursos Atuais:** Zerar o Fundo Caixa FIC Gestão Estratégica (CNPJ: 23.215.097/0001-55) direcionando os recursos para o Fundo Safra DI Master FI Referenciado DI (CNPJ: 02.536.364/0001-16). **3.4 Fundo Financeiro - EXECUTIVO, ALE, DPE, MPE, TCE, TJ/AM FFIN e Recursos FPPM:** Aplicar os recursos no Fundo Bradesco Maxi Poder Público ou CDB Fácil Bradesco, facilitando a operacionalização dos pagamentos das folhas de inativos e pensionistas desses órgãos, sendo observados os limites para aplicação conforme legislação vigente; **3.5. COMPREV. Novos recursos:** Direcionar para o fundo Maxi Poder Público; e **3.6 Recursos da Taxa de Administração:** Manter aplicados no fundo Maxi Poder Público ou CDB Fácil



**ATA DA 211ª (DUCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL—MANAUS, 15 DE MAIO DE 2024.**

Bradesco. **4. POSIÇÃO ATUALIZADA DA CARTEIRA.** Registra-se a posição de 14/05/2024, com base no sistema LDB: **FPREV EXECUTIVO:** Total de Recursos: R\$ 7,206 bilhões, sendo Fundos de Investimento: R\$ 3,908 bilhões; **TPF:** R\$ 3,218 bilhões; **Títulos CVS:** R\$ 4,817 milhões; **Imóveis:** R\$ 69,752 milhões. **FPREV ALE:** R\$ 27,069 milhões em fundos e Títulos Públicos Federais. **FPREV MPE/AM:** R\$ 299.291 milhões aplicados em Fundos e Títulos Públicos Federais. **FPREV TJAM:** R\$ 777,346 milhões aplicados em Fundos e Títulos Públicos Federais. **FPREV TCE/AM:** R\$ 184,926 milhões aplicados em Fundos e **TPF.** **FPREV DPE/AM:** R\$ 91,204 milhões aplicados em Fundos e Títulos Públicos Federais. O Total de Recursos da AMAZONPREV, em 14/05/2024, considerando todas as aplicações e disponibilidades é de R\$ 8,5955 bilhões. **5. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** No mês de abril/2024, com base no que estabelece a LC n.º 232/2022, a AMAZONPREV arrecadou o montante de R\$ 4.613.740,12, acumulando R\$ 53.199.595,13, referente à taxa de administração no exercício atual. **6. FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES:** Devido a necessidade de um acompanhamento sistemático dos recursos aplicados em FIPs, segue em anexo, os relatórios concernentes ao 1º trimestre: BTG ECONOMIA REAL FIP, BTG PACTUAL IMPACTO FIP e BTG PACTUAL CLA ECONOMIA REAL II FIP MULT. **7. NOVOS PRODUTOS:** **a) Fundo Safra DI Master FI Referenciado DI (CNPJ: 02.536.364/0001-16)** - Fundo referenciado DI que possui na estratégia, pelo menos 51% em Título Público (LFT), e 49% em crédito privado (atualmente sua posição está em 60% LFT e 40% CP). O Fundo tem uma excelente liquidez (D0), mais de R\$ 4bi de PL e sua performance supera o CDI em todas as janelas (ano, 12, 24 e 36 meses). A volatilidade é uma das menores de mercado (0,04%). No tocante ao crédito privado o gestor pode comprar tanto CP Corporativo quanto financeiro. Importante destacar que os fundos do Banco SAFRA que possuem CP não tinham nenhum dos papéis que deram default recentemente (lojas americanas, casas bahia, light etc.), o que demonstra o conservadorismo da gestão na análise e escolha dos papéis para compor o fundo. A estratégia irá superar a meta atuarial do Amazonprev com uma certa folga. **b) Fundo Safra JSS Bond US High Yield Reais FIF (CNPJ: 49.826.572/0001-13)** – Pensando em aproveitar a onda de juros altos por mais tempo dos EUA e olhando meta atuarial, o Safra montou um veículo para acessar um fundo CP nos EUA com mais de 30 anos de história e de excelente performance.



## ATA DA 211ª (DUCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL—MANAUS, 15 DE MAIO DE 2024.

A estratégia do Safra no Brasil vai acessar o fundo distribuído pelo Safra Sarasin nos Estados Unidos, que terá hedge cambial. Fizemos um back testing pra saber qual seria o retorno deste fundo em 2023 e o resultado superou 20% no ano. Para 2024, considerando o carregamento dos papéis (em torno de 7,5% e o cupom cambial - que é a diferença das taxas de juros BR e EUA, em torno de 5%, o fundo já deve render algo em torno de 11% a 13% (110% a 130% CDI). Trata-se de excelente alternativa para se aproveitar do momento de juros altos nos EUA, acessando um fundo com baixa volatilidade e com um potencial superinteressante de performance olhando a meta atuarial. E a vantagem é que o RPPS conta com a tranquilidade de estar acessando um fundo com o DNA de governança e liquidez do Safra, já que o veículo passa pelo Safra no Brasil e Safra Sarasin nos EUA. **c) Fundo Porto Alísios FIC FIA** – Em abril o Porto Seguro Alísios, desvalorizou-se 10,43%, desempenho pior do que o Ibovespa, que caiu 1,7%. As maiores contribuições positivas para o fundo, vieram de ações dos setores de óleo & gás e elétricas e & saneamento, por outro lado, as ações dos setores de saúde e entretenimento contribuíram negativamente. O fato mais relevante do mês foi a subida de taxas de juros ao longo da curva nos EUA, isso aconteceu pois os índices de inflação mostraram aceleração, a precificação do início do ciclo de cortes foi postergada para o final do ano. Esse aumento de taxas americanas fez com que ativos de risco sofressem muito, principalmente em mercados emergentes como o Brasil. Apesar da queda de 1,7% do Ibovespa parecer pequena, 66 dos 86 ativos membros desvalorizaram-se. Os ativos que mitigaram o desempenho da bolsa foram os que possuem receita dolarizada (Petrobras, Vale, JBS e etc.), uma vez que o Real se depreciou 3,58%. O Porto Seguro Alísios terminou o mês com caixa perto de 5%, as três maiores posições do fundo são Oncoclínicas, Anima e CVC. Para os papéis que tem muito peso no Ibovespa, o gestor tem usado derivativos para proteção. **d) Fundo Porto Seguro IMA B5 FICFI RF** - O tema central continua sendo a política monetária nos EUA, ou seja, se e quando o FED poderá iniciar um ciclo de redução em suas taxas de juros. Recentemente esse debate ficou ainda mais acalorado com uma surpresa altista na última leitura dos dados de inflação. Assim, depois de vários meses surpreendendo positivamente (inflação abaixo do projetado), em janeiro o índice de preços, tanto ao consumidor como ao produtor, mostrou forte elevação, acima do esperado. A dúvida é se esse foi apenas um “susto” e a inflação segue tendência baixista, em direção a meta de 2%, ou podemos estar vivendo uma reaceleração da inflação. Essa incerteza é agravada por uma



## ATA DA 211ª (DUCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL—MANAUS, 15 DE MAIO DE 2024.

atividade econômica resiliente, evidenciada por um mercado de trabalho robusto. Com isso, fez sentido o FED sinalizar que prefere aguardar mais confirmações de que a inflação de fato não é mais um problema, e, portanto, atrasar o início do ciclo de cortes. O eventual início da redução na estrutura a termo dos EUA impacta diretamente os juros no Brasil, dando mais espaço para cortes na SELIC por parte do BCB. Isso porque o diferencial de taxas projeta um enfraquecimento do USD e valorização do BRL. E, como temos dito, o câmbio é a variável chave para inflação. Além disso, os dados do PIB recentemente divulgados reforçam a preocupação de que uma atividade econômica mais forte pode limitar o espaço para queda dos juros. Ademais, o risco fica para o quadro fiscal, ainda bastante preocupante, com o governo enfrentando dificuldades para aumentar receitas e pressão por mais gastos. A inflação medida pelo IPCA foi de 0,42%, em janeiro. Para fevereiro, espera-se uma variação por volta de 0,80%, com os reajustes de educação e elevação de impostos sobre gasolina pressionando. Para os próximos meses projeta-se uma inflação bem-comportada, o que permite o BCB seguir reduzindo os juros. O quadro inflacionário prospectivo ainda gera incertezas, com o impulso gerado pela política fiscal e o viés mais populista do governo, fatores que podem acabar limitando o tamanho do ciclo de afrouxamento dos juros. Portanto, a taxa SELIC ao final do ciclo ainda deverá estar em campo contracionista. Por fim, um desempenho melhor dos ativos depende fundamentalmente da responsabilidade fiscal, políticas econômicas e reformas do governo, que possibilitariam taxas de juros menores e um crescimento sustentável, sem gerar inflação.

**8. CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:** HMC ASSESSORES DE INVESTIMENTOS LTDA (Distribuidor), – Após análise da documentação apresentada, constante do processo nº 2024.A.02879, foi observado o atendimento aos requisitos do Edital de Credenciamento de Instituições Financeiras da AMAZONPREV, portanto o Comiv encaminhou o processo a Diretoria, sugerindo o deferimento do pleito; SANTANDER CACEIS BRASIL DTVM S.A (Administrador)– Após análise da documentação apresentada, constante do processo nº 2024.A.03076, foi observado o atendimento aos requisitos do Edital de Credenciamento de Instituições Financeiras da AMAZONPREV, portanto o Comiv encaminhou o processo a Diretoria, sugerindo o deferimento do pleito.

**9. AQUISIÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS:** Em abril foram efetivadas 03 aquisições: 11.530 papéis de NTN-B 2027, com taxa de IPCA + 6,28%, totalizando R\$ 49.998.358,79; 11.640 papéis de NTN-B 2040, com taxa de IPCA + 6,053%,



**ATA DA 211ª (DUCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL—MANAUS, 15 DE MAIO DE 2024.**

totalizando R\$ 50.001.613,85 e 11.661 papéis de NTN-B 2040, com taxa de IPCA + 6,091%, totalizando R\$ 50.001.231,22. Considerando a análise de cenário, bem como, a estratégia apresentada no Estudo ALM, recomendamos dar continuidade na execução da estratégia, já comentada e aprovada na Política de Investimentos, e registrada em atas anteriores, concernentes a aquisição de títulos públicos, e/ou aproveitando as distorções de taxa de juros no mercado, desde que superem a meta atuarial ao longo do seu vencimento. A prioridade das aquisições dos títulos será nas curvas com vencimento entre 2035 e 2045. Deverão ser utilizados recursos aplicados em fundos indexados ao CDI, bem como, os recursos do Executivo alocados em fundos IMA. No processo de cotação desses ativos, deverá dada a devida ciência a Diretoria. **10. OUTROS.** Registra-se a apresentação da carta de renúncia ao cargo de Secretário e membro do Comitê de Investimento da Fundação Amazonprev, do Sr. Bruno Barroso, a contar do dia 01/05/2024. Ficando indicado para o cargo de Secretário, o Sr. Bruno Novo. **ENCERRAMENTO.** O Sr. Claudinei Soares, encerrou a reunião, ficando prevista para o dia 14/06/2024, a próxima reunião Ordinária do COMIV, da qual eu, Bruno Novo, Secretário, redigi a referida Ata, que assino com os demais membros abaixo nominados.

(assinado digitalmente)

**Claudinei Soares**

Coordenador

Mat. nº 216.006-4 A

(assinado digitalmente)

**Bruno Costa Novo**

Secretário

Mat. nº 216.821-9 B

(assinado digitalmente)

**Nuno Ponce**

Membro

Mat. nº 247.392-5 B

(assinado digitalmente)

**Leonardo Cavalcanti**

Membro

Mat. nº 179561-9

(assinado digitalmente)

**Wellington Guimarães**

Membro

Mat. nº 215.468-4 A

(assinado digitalmente)

**André Bentes**

Membro

Mat. nº 170.144-4-B



**ATA DA 211ª (DUCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
COMITÊ DE INVESTIMENTOS EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL-  
MANAUS, 15 DE MAIO DE 2024.**

(assinado digitalmente)

**Augusto Netto**

Membro

Mat. nº 265.518-7 B

(assinado digitalmente)

**Marcos Souza**

Membro

Mat. nº 249.152-4 A

Documento Assinado por: BRUNO DAMASCENO COSTA NOVO em 04/06/2024 11:35:47  
Documento Assinado por: ANDRE LUIS BENTES DE SOUZA em 04/06/2024 11:58:25  
Documento Assinado por: NUNO PONCE DE LEAO GONCALVES em 04/06/2024 12:00:47

Documento Assinado por: CLAUDINEI SOARES em 04/06/2024 08:33:41  
Documento Assinado por: WELLINGTON GUIMARAES BENTES em 04/06/2024 08:41:45  
Documento Assinado por: LEONARDO A. DE S. CAVALCANTI em 04/06/2024 10:00:19  
Documento Assinado por: AUGUSTO SAMPAIO DE ARAUJO NETTO em 04/06/2024 10:20:36  
Documento Assinado por: MARCOS ROBERTO NASCIMENTO DE SOUZA em 04/06/2024 10:26:56

Documento assinado eletronicamente 500832/2024  
AMAZONPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS  
Acesse: <https://www.portaldosegurado.am.gov.br/validar>  
e valide o código: NTAwODMy





**Processo: 2024.A.03361**  
**Data: 14/06/2024**  
**Destino: COMIV**

**DESPACHO**

A Diretoria de Administração e Finanças tomou ciência dos termos da Ata da 211ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos - COMIV, realizada em 15 de maio de 2024 e encaminhada para esta DIRAF.

Após analisar por completo a Ata da 211ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, esta DIRAF assim delibera:

**ITEM 3.1:**

- a) Recursos Novos: APROVAR** a aplicação no Fundo Safra DI Master FI Referenciado DI (CNPJ: 02.536.364/0001-16);
- b) Demais Recursos: b1) NÃO APROVAR; b2) APROVAR; b3) APROVAR; b4) APROVAR; b5) NÃO APROVAR;**

**ITEM 3.2: APROVAR.**

**ITEM 3.3: APROVAR.**

**ITEM 3.4: APROVAR.**

**ITEM 3.5: APROVAR.**

**ITEM 3.6: APROVAR.**

**ITEM 9: APROVAR.**





Diante do exposto, esta DIRAF, após análise das informações apresentadas na Ata n.º 211 delibera pelo **DEFERIMENTO PARCIAL**, conforme exposto acima, encaminhando este processo para ciência e assinatura da Diretora Presidente.

Por fim, em atenção ao **Memorando n.º 084/2024-COMIV**, autorizo ao COGEP que proceda com o pagamento da gratificação temporária aos membros titulares do Comitê de Investimentos, conforme **Ata do COMIV n.º 211/2024**, de acordo o que estabelece o art. 9.º da Lei n.º 4.794/19, que instituiu o PCCR da Fundação Amazonprev.

Encaminho os autos ao **GADIR** para conhecimento e assinatura da Diretora Presidente, e após, que sejam encaminhados ao **COMIV**.

*(assinado digitalmente)*  
**Cláudio Marins de Melo**  
Diretor de Administração e Finanças

*(assinado digitalmente)*  
**Maria Neblina Marães**  
Diretora Presidente

